



Portais Governamentais: um Estudo do Website da Prefeitura Municipal de Mineiros a Partir do Ano 2005¹

Reuber da Cunha LUCIANO²
Edson Aparecida de Araujo Querido OLIVEIRA³
Monica Franchi CARNIELLO⁴

Universidade de Taubaté, Taubaté, SP

Resumo

Com a intensificação das Tecnologias de Informação e Comunicação nas últimas décadas, tem-se observado profundas transformações nos processos de comunicação na sociedade civil e, por consequência, afetou diretamente a governança política e a organização social da sociedade contemporânea. Neste novo cenário, a gestão pública necessita cada vez mais aprimorar os produtos, serviços e atos de governo para com a sociedade, uma vez que por meio das mídias digitais, das redes sociais, da internet, a relação entre governantes e governados acontece potencialmente de forma interativa. Neste contexto, este artigo tem como objetivo principal analisar a evolução do site da Prefeitura Municipal de Mineiros-GO, sob os preceitos da inovação tecnológica, a partir do ano de 2005. Para isso, foi utilizada uma pesquisa de caráter exploratório/descritivo, de abordagem qualitativa, com coleta de dados bibliográfica, documental e com consultas de documentos em sites oficiais governamentais. Verificou-se que o município faz uso das TICs, atendendo ao quesito disponibilização de informação ao munícipe.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação, Inovação, Governança, Desenvolvimento Regional.

Introdução

A revolução tecnológica, intensificada a partir década de 1940, resultou em uma reconfiguração do sistema midiático global, com destaque para a Internet como inovação que se difundiu por todo o planeta formando redes digitais, suportadas tecnologicamente pelos setores de informática, microeletrônica e telecomunicações.

A disseminação mundial da microinformática e da interconexão de computadores por meio da Internet, a partir da década de 1980, levou à adoção do que se convencionou chamar Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), simbolizando a integração das áreas de informática e de comunicação de dados. (VASCONCELOS, 2004, p. 201).

¹ : Trabalho apresentado DT07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Mestrando em Comunicação e Desenvolvimento Regional, Unitau, Taubaté, SP, email: reuber@fimes.edu.br

³ Doutor em Organização Industrial (ITA), Docente do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Unitau, Taubaté, SP, email: edsonaaqo@gmail.com

⁴ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), Docente do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Unitau, Taubaté, SP. Pesquisadora bolsista da FUNADESP- Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Mídias sociais: tendências e desafios da comunicação em rede" (nº projeto: 5500264). E-mail: monicafcarniello@gmail.com



Todas essas mudanças provocaram profundas transformações no modo de como as pessoas e organizações se relacionam e se comunicam, de forma a romper barreiras geográficas até então existentes. Neste viés, Bourdin (2001) analisa a questão do espaço e relata que as configurações espaciais sobre a localidade permeiam que o patrimônio faz o território, que faz o local e, destaca que, o local e a organização social da distância fundamentam-se sobre quatro grandes referenciais:

[...] o encravamento, quando a distância é infinita, a ubiquidade, quando diversos meios, por exemplo, tecnológicos, permitem aboli-la completamente, a co-presença, quando a distância é reduzida ao mínimo, e a mobilidade, quando a distância é levada em consideração e se procura limitar-lhe os efeitos. (BOURDIN, 2001, p.50).

Diante do relato de Bourdin (2001) percebe-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's proporcionam um meio facilitador no processo de acesso à informação para a sociedade contemporânea, tornando-se elemento fundamental no processo de desenvolvimento social.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Frey (2000) relata que a internet se torna um meio catalisador para a participação popular, ao democratizar o acesso à informação, ao afirmar que:

Enquanto instituições territoriais tradicionais eram mais hierárquicas e rígidas, a Internet tende a privilegiar modos de relacionamento transversais e estruturas mais fluidas, mais alinhadas com as estruturas de rede que caracterizam os processos sociais e políticos nas sociedades democráticas modernas. O potencial democrático específico da Internet baseia-se em sua estrutura não-hierárquica e cibernética que, em princípio, favorece a interatividade (FREY, 2000, p. 37).

Na perspectiva e visão do espaço, observa-se que ele pode provocar significativas mudanças para a sociedade por meio de configurações espaciais sem limites de distância.

Assim, Bourdin (2001) define o local como: “[...] uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo.”. (BOURDIN, 2001, p.56).

Já na perspectiva do desenvolvimento, Sen (2000) destaca que uma das premissas para o desenvolvimento se dá por meio do acesso à informação, sendo que o meio facilitador neste processo se dá no arcabouço das TICs. E, para Frey (2003),

Na sociedade contemporânea, a opção comunitária está confrontada com dois desafios principais, ambos em aparente conflito: em primeiro lugar, trata-se de aprender com a elite empresarial no que diz respeito à sua estratégia de organizar-se em redes e aumentar, desse modo, a capacidade para a ação coletiva e a cooperação por meio da promoção de confiança e reciprocidade entre os membros das redes; em segundo lugar, trata-se de evitar as tendências de exclusão – muito comuns nas redes empresariais – e garantir procedimentos democráticos e práticas coletivas baseadas em deliberações públicas e interativas, de modo que condições para a promoção do bem comum possam ser efetivamente melhoradas. No contexto de crescentes conflitos sociais e culturais, em uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada, e em face de novas e inusitadas potencialidades de criação de redes em função da disseminação dos TICs, os riscos relacionados à segregação, à exclusão e a um possível aumento de conflitos e de intolerância



devido à proliferação dessas novas estruturas de rede não devem ser subestimados (FREY, 2003, p. 176).

Cunha, Frey, Duarte (2009) relatam também que a tecnologia da informação

[...] pode constituir-se em instrumento de apoio à administração pública, ao permitir o oferecimento de novos serviços aos cidadãos, ao oferecer condições para ampliação da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, ao melhorar a qualidade dos serviços prestados e ao permitir acesso à informação e à constituição de novos padrões de relacionamento com cidadãos e novos espaços para promoção da cidadania. (CUNHA, FREY, DUARTE, 2009, p.197)

E, ainda segundo os mesmos autores o aumento da conectividade de recursos computacionais tem

[...] criado condições para a transformação das práticas de trabalho nos organismos públicos, em função do crescimento do uso de ferramentas de trabalho em grupo e das possibilidades de integração de sistemas. Com a expansão das redes e da interconexão de computadores e dessa mesma integração de sistemas, novos padrões de interatividade com usuários têm sido obtido. Com a utilização de transações digitais, substituindo antigas formas de funcionamento de processos e funções da administração pública. Tornou-se possível a realização remota de atividades ligadas ao relacionamento com contribuintes, fornecedores e usuários de serviços. (CUNHA, FREY, DUARTE, 2009, p.196,197).

Com isso, a difusão dos recursos tecnológicos em escala global, a popularização da internet, a comunicação *wireless* e a portabilidade das tecnologias *mobile*, a forma de comunicação entre as pessoas sofreram várias transformações e, conseqüentemente, modificaram os comportamentos dos cidadãos, tanto local quanto globalmente.

Isso faz com que emissores e receptores fiquem conectados em um ambiente hipertextual, onde há uma interligação e integração de vários dispositivos midiáticos, que permitem a virtualização de todas as informações.

Assim, este artigo tem como objetivo estudar a evolução dos portais governamentais sobre os preceitos da inovação tecnológica, com estudo de caso no portal governamental da Prefeitura Municipal de Mineiros – GO, a partir do ano 2005, de acordo com as entradas de dados no repositório de dados da *Internet Archives – Wayback Machine* - <http://archive.org/web/web.php>. Para isso, foi conduzida uma pesquisa de caráter exploratório/descritivo, de abordagem qualitativa, com coleta de dados bibliográfica, documental e com consultas de documentos em sites oficiais governamentais.

Governança Eletrônica

Percebe-se que devido ao grande avanço das TICs e das transformações econômicas, políticas e sociais que o mundo contemporâneo comporta, faz-se necessário pensar e inovar novos modelos de gestão pública, atrelados como novos mecanismos, ferramentas, procedimentos e processos capazes de proporcionar condições favoráveis para a governança eletrônica, promovendo uma melhor relação entre sociedade civil e as autoridades políticas, gerando uma alta complexidade das relações sociais, que se traduzem em demandas por serviços públicos em maior quantidade e com melhor qualidade.



Neste estudo a concepção de *e-governance* fundamenta-se na teoria definida por Ruediger (2002) como sendo:

O termo *e-governance* (governança eletrônica) centra-se em uma visão ampla de governabilidade, sinalizando como opera, trabalha e se organiza a sociedade à qual o governo deve assegurar o acesso e a participação em diversas redes de informação. Possui um sentido mais amplo e abarca o conceito de *e-government*, o qual teria como foco as tarefas gerenciais que conduzem à interação cidadania-governo. Do ponto de vista estritamente tecnológico, o E-gov visaria o cidadão como um ponto a conectar dentro de uma rede, enquanto a governabilidade eletrônica asseguraria o acesso e participação dos cidadãos individual e coletivamente dentro das redes governamentais (RUEDIGER, 2002, p. 6-7).

Filho e Carneiro (2008) complementam ao enfatizar que a governança eletrônica fundamenta-se no modo de condução da sociedade civil para buscar metas e interesses, ao ver a possibilidade de uma reestruturação no arcabouço estatal por meio da participação da sociedade civil e, conseqüentemente, proporcionar uma aproximação entre o Estado e a sociedade.

Com essa aproximação criam-se novos canais de participação e comunicação entre governantes e governados bem como a criação de parcerias entre instituições públicas e privadas sendo que “a ênfase está no aumento de poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não poderosos nos processos de tomada de decisão política, enquanto que a eficiência administrativa é considerada um objetivo subordinado” (FREY, 2000, p. 35).

Desta forma, as TICs constituem um aparato de ferramentas que possibilitam a criação de novos modelos redes sociais e, conseqüentemente, permitem a criação de novos modelos de gestão. Para Frey (2000) as TICs atuam como catalisadores neste processo de participação democrática na sociedade moderna.

Com isso, na sociedade contemporânea, o gestor público tem que deixar o mais transparente possível a sua gestão, sendo que uma das premissas apresenta por Torres (2007) acerca do *e-governance* refere-se ao fato de proporcionar transformações nos serviços, atos de governo e relacionamento para com a sociedade, ao enfatizar que:

Se uma cidade ou região puder oferecer todo o acesso à Internet a seus cidadãos, e estes passarem a ter como principal porta de entrada para a web esse acesso, então uma afinidade de serviços, relacionamentos e oportunidades de integração Governo ↔ Sociedade pode surgir, criando efetivamente a sociedade desfronteirizada, cujas conseqüências são ainda difíceis de prever, mas que, certamente, deverá provocar mudanças muito mais profundas do que aquelas trazidas pela era da Internet. (TORRES, 2007, p.29)

Para atender a esta demanda, a Internet e a comunicação midiática representam um forte canal de comunicação do gestor público para com os seus munícipes em segmentos como a prestação de serviços, transparência das contas públicas, bem como a atração de turistas e investidores para a cidade. Assim, a comunicação é um processo chave em qualquer organização, seja ela governamental, empresarial ou social. Com relação ao processo de comunicação Duarte (2012) mostra que:



Chegamos à era em que a comunicação ocupa todos os espaços e penetra em todos os interstícios da vida, quase como o ar que respiramos. Nas suas múltiplas formas, pictórica, sonora, escrita, digital e analógica, interpessoal e de massa, a comunicação constitui o ambiente em que se forma o ser humano contemporâneo. (DUARTE, 2012, p. xi).

Desta forma, os recursos midiáticos oriundos da revolução e inovação tecnológica estão cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia, sendo que o acesso à informação pode ocorrer em segundos, ainda que seja evidente a necessidade de superação da exclusão digital, ainda existente na realidade brasileira, a despeito dos esforços do governo para minimizar as disparidades de acesso às tecnologias de informação.

Inovação em Sites Governamentais

Visto que a sociedade contemporânea está cada vez mais a usar os recursos e serviços oferecidos pelas TICs, que pode ser claramente notado pelo uso da computação em nuvem, a Web 2.0, a disseminação dos computadores portáteis, percebe-se que as TICs têm um papel determinante na transformação da sociedade, pois os recursos das novas tecnologias potencializam o acesso e a disponibilização da informação, que para Frey (2013) diz que:

As TICs não podem substituir a organização tradicional do território ou as formas tradicionais da política e comunicação; é também de pouca ajuda duplicar formas institucionais convencionais no ciberespaço emergente; mas certamente as TIC oferecem oportunidades para dar suporte à versão emancipatória de governança [...]. (FREY, 2013, p.38).

Diante desta nova realidade, processos que antes eram considerados eficientes já não o são mais. Consequentemente, inovar é preciso. O conceito de inovação é bastante amplo envolvendo uma gama de variáveis, como por exemplo: aspectos ambientais, comportamentais, sociais, econômicos. Assim, inovar pode ser por em prática uma determinada ideia com o objetivo de melhorar um processo, serviço ou até mesmo um produto.

Conforme a visão de Ferrão (2002), a inovação é o motor propulsor do desenvolvimento da sociedade moderna, que tem como características os vários agentes que participam do processo e também o meio onde estão inseridas. E na visão Shumpeteriana a inovação é o resultado de todos os processos interativos de aprendizado coletivo, que envolve uma multiplicidade de agentes – universidades, empresas, instituições de pesquisa, outras organizações.

Com isso, o Estado deve cada vez mais estimular a participação da sociedade na gestão pública, que pode ser alcançado por meio da inovação de produtos ou serviços bem como a organização e inovação dos sites oficiais destes órgãos, a disponibilização de recursos tecnológicos adequados para a constituição das sociedades em rede e, consequentemente, fazer com que a sociedade tenha acesso à informação contribuindo assim, de forma sistemática, para o desenvolvimento regional onde está inserida.

Neste arcabouço, várias leis, pautadas na Constituição Federal do país, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual marca um ponto importante mediante a inovação na administração pública, que de acordo com Nascimento (2002) tem-se transparência das contas públicas por meio da abertura das contas governamentais à sociedade.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Nascimento (2002), Bernardo e Zimbalde (2005) mostram que as principais características da LRF fundamentam-se na



“na transparência do planejamento e da execução da gestão fiscal através da ampla divulgação das prestações de contas, dos relatórios de gestão - inclusive pela internet - e no incentivo à participação da sociedade.”(BERNARDO, ZIMBALDE, 2005, p.470).

Neste mesmo viés, tem-se em 2011 a promulgação da Lei de Acesso à Informação, a qual obriga os três poderes: União, Estados e Municípios e o Distrito Federal a disponibilizar informações dos atos governamentais à sociedade.

E, com toda a alta tecnologia que a sociedade contemporânea tem acesso, conforme Druker (2008) ela além de fornecer estímulos para a sociedade, cria-se também uma visão para o espírito empreendedor e inovador e, neste cenário, o Estado passa a fazer uso do aparato tecnológico para customizar e desburocratizar processos e serviços oferecidos aos cidadãos, de forma eficiente e mais econômica, tanto para governantes e governados, por meio da emergência e inovação dos sítios governamentais.

Esta nova vitrine de disponibilização de serviços e informações está pautada em leis, proporcionando abertura e transparência dos atos governamentais. Para compreender melhor os conceitos de abertura e transparência Heald (2006) relata que

Segundo Birkinshaw, abertura significa concentrar-se em processos que nos permitem ver operações e atividades do governo em matéria de trabalho [...] Larson (1998: 40-2) adianta uma distinção semelhante: transparência se estende para além da abertura, abrangendo simplicidade e compreensão. Por exemplo, é possível para uma organização estar aberta em relação a seus documentos e procedimentos e ainda não ser transparente para o público relevante, se a informação for percebida como incoerente. (HEALD, 2006, p.26).

Deste modo, mesmo com todo o aparato tecnológico existente, o que se percebe é a abertura do Estado em todas as suas instâncias, e neste pressuposto faz-se necessário que o cidadão seja capaz, por meio de *know how* decodificar o discurso e argumentos que estão sendo disponibilizados pelos sítios governamentais, que vão desde o teor qualitativo da informação até a sua acessibilidade e inteligibilidade.

Metodologia

Para Marconi e Lakatos (2009) a escolha do método da pesquisa relaciona-se com o problema a ser estudado e tanto os métodos quanto as técnicas devem-se adequar ao problema – objeto de estudo.

A pesquisa quanto ao seu objetivo pode ser descritiva, exploratória ou ambas.

Para Gil (1999) a pesquisa é considerada descritiva por ter como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL, 1999, p.44). E, ainda, conforme Gil (2002) a pesquisa é considerada exploratória quando

[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, p.41)

Complementando os conceitos abordados, Cervo e Bervian (2002, p. 69) definem que “os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo”. (CERVO, BERVIAN, 2002, p.69)



Para Marconi e Lakatos (2009) o levantamento de dados “é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou fontes secundárias)” (MARCONI, LAKATOS, 2009, p.176).

Marconi e Lakatos (2009) abordam que

[...] a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não. [...] A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletim, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]. (MARCONI, LAKATOS, 2009, p. 176, 185)

Conforme conceitos apresentados esta pesquisa caracterizar-se-á como descritiva e exploratória, qualitativa e com delineamento bibliográfico e documental, sendo que o objeto de estudo concentra-se no website da Prefeitura Municipal de Mineiros – GO.

- Descritiva, por pretender descrever a atuação da gestão pública municipal na disponibilização de informações públicas para a sociedade.
- Exploratória por entender-se que o tema aborda uma área do conhecimento ainda pouco estudada e, conseqüentemente, carente de análises mais detalhadas.
- Qualitativa por apresentar como objetivo a análise de situações particulares, sendo que o objeto de estudo é o site da Prefeitura Municipal de Mineiros – GO, a partir do ano de 2005.
- Bibliográfica devido à necessidade de estabelecer um referencial teórico para a sustentação dos conceitos a serem apresentados.
- Documental devido ao fato dos documentos consultados fazerem parte de dos sites oficiais governamentais – União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Para a realização da coleta de dados e conforme Marconi e Lakatos (2009) serão adotados as seguintes técnicas:

- Coleta Documental;
- Análise de Conteúdo; e
- Formulários.

O *corpus* da pesquisa constitui-se pelos dados coletados do website da Prefeitura Municipal de Mineiros-GO, no repositório de dados da *Internet Archives – Wayback Machine* - <http://archive.org/web/web.php>⁵, desde o ano de 2005 até sua versão atual, ano de 2013.

Resultados e Discussão

Castells (2003) afirma que a sociedade está inserida em um meio mediado por recursos tecnológicos e, atualmente, mesmos com as novas tecnologias tais como *iPhone* e outras, que ganham preferência em relação ao computador, no entanto o conceito de comunicação centra-se no uso dos serviços oferecidos pela internet, a qual

⁵ Browse through over 240 billion web pages archived from 1996 to a few months ago. To start surfing the Wayback, type in the web address of a site or page where you would like to start, and press enter. Then select from the archived dates available.

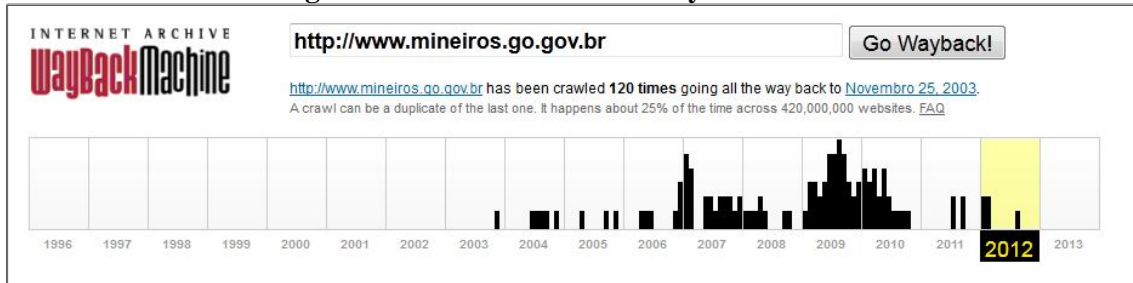
apresenta inovações ao ampliar e aprofundar os mecanismos de busca, de produção e de disseminação de conteúdo na rede.

Castels (2003) vem a confirmar que a sociedade contemporânea possui, a seu favor, recursos de alta tecnologia para ter acesso a informação e comunicação.

Diante destes pressupostos teóricos, fica claro que o Estado deve-se atentar para os procedimentos e técnicas disponíveis para disponibilizar serviços e informações para a sociedade contemporânea e, nesta perspectiva, faz-se necessário inovar.

A coleta de dados foi realizada por meio da utilização do repositório de dados disponibilizado pela *Internet Archive – Wayback Machine* disponível em <http://archive.org/web/web.php>, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Internet Archive-Wayback Machine

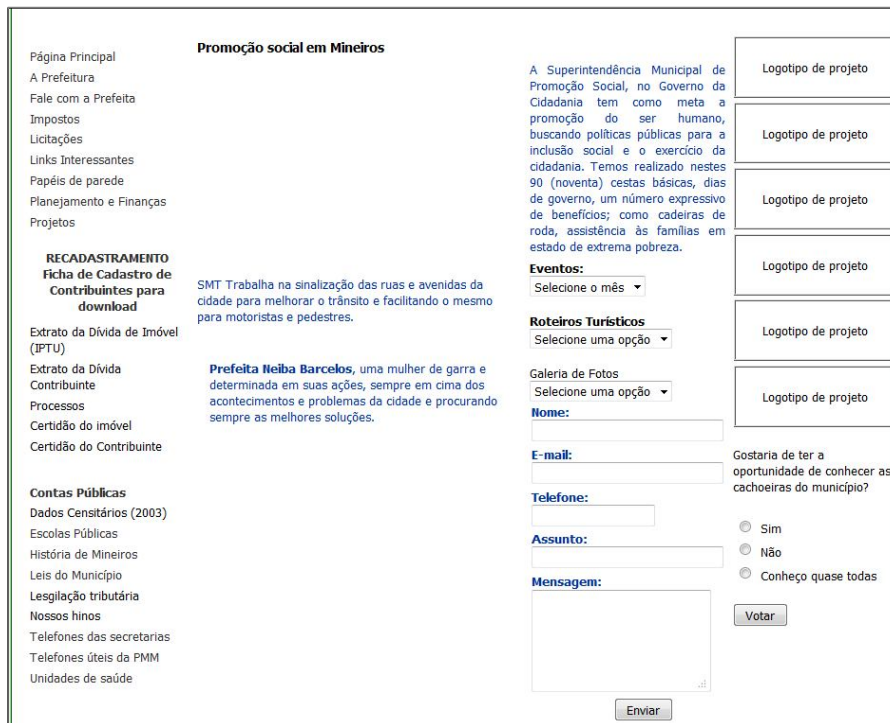


Fonte: Adaptado de http://web.archive.org/web/*/www.mineiros.go.gov.br (2013)

No repositório, se observa que <http://www.mineiros.go.gov.br> possui 120 (cento e vinte) entradas registradas, sendo que a primeira entrada ocorreu no dia 25 de novembro de 2003. Para se ter uma amostra de dados homogênea, foi coletada uma amostra anual do website da prefeitura a partir do ano de 2005.

A Figura 2 apresenta a versão do site do município em 2005.

Figura 2: Versão do WebSite em 2005



Fonte: adaptado de http://web.archive.org/web/*/www.mineiros.go.gov.br (03/09/2005).



A Figura 3 mostra parte do website governamental oficial da Prefeitura Municipal de Mineiros-GO em 2013.

Figura 3 – Versão Atual (2013) do WebSite www.mineiros.go.gov.br



Fonte: adaptado de <http://www.mineiros.go.gov.br/mineiros/> (26/04/2013)



A Figura 4 evidência as opções contidas nos menus: Menu Principal; Serviços e Secretarias.

Figura 4 – Opções de Menu

Menu Principal	Serviços	Secretarias
Eventos	NF-e	➤ Ação Social
Agenda do Prefeito	➤ Emissão de NF-e	➤ Administração, Tecnologia e Recursos Humanos
Editais	➤ Validar NF-e	➤ Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços
➤ Chamamento	DMS	➤ Assuntos Institucionais
➤ Contribuição	➤ Acesso a DMS	➤ Compras e Abastecimento
➤ Convocação	REST	➤ Controle Interno
➤ Licitação	➤ Emissão da REST	➤ Cultura e Turismo
➤ Notificação	AIDF	➤ Educação
Extratos	➤ Validação AIDF	➤ Fazenda e Planejamento
➤ Aditivos	Serviços On-line	➤ Governo Municipal, de Comunicação e Instituição
➤ Contratos	➤ Andamento de processos	➤ Habitação e Desenvolvimento Urbano
➤ Convênios	➤ Módulo Contador	➤ Infraestrutura
➤ Distratos	➤ Débitos do contribuinte	➤ Juventude, Desporto e Lazer
Contratos	➤ Débitos do imóvel	➤ Meio Ambiente
Fale com o Prefeito	➤ Parcelamento de IPTU	➤ Mineiros PREVI e IPREMIM
Fotos	➤ Validar certidão	➤ Presidente do S.A.A.E.
Legislação	Portal da Transparência	➤ Procurador Geral
Links		➤ Saúde
Mapa da cidade		
Notícias		
Símbolos		
Telefones		
Downloads		

Fonte: adaptado de: <http://www.mineiros.go.gov.br/mineiros/> (26/04/2013)

Ao observar a versão atual do website, verifica-se a disponibilização de serviços e atos de governo aos cidadãos, deixando de forma explícita as normatizações exigidas pelas Leis de Responsabilidade Fiscal e de Acesso à Informação.

Os critérios de análise dos dados, sobre os preceitos da inovação, condizem com as tecnologias existentes na atualidade e estes foram adaptados de Carniello (2010), conforme Quadro 1.



Quadro 1 – Critérios de análise

Critérios	Justificativa
Agenda	Conhecer a agenda do prefeito.
Contatos	O contato facilitado é compreendido como forma de ampliar o diálogo entre municípios e governo.
Serviços <i>on line</i>	A oferta de serviços <i>on-line</i> representa facilitação do acesso aos serviços, muitos dos quais incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000)
Consulta às Contas Públicas	A disponibilização de contas públicas possui relação direta com a transparência, também apontada por Sen (2000).
Comunicado Mecanismos Participação	A divulgação de instrumentos institucionalizados de participação popular na gestão pública, tais quais audiências públicas, é um indicador de gestão democrática.
Públicos Contemplados	O diálogo com públicos distintos demonstra o reconhecimento da diversidade dos atores sociais (Empresas, Turistas, Servidores, Municípios).
Redes Sociais	Essencialmente interativos e livres de controle de conteúdo, as redes sociais e blogs concretizam o diálogo equitativo entre as partes.
Disponibilização de Legislação	Acesso e direito à informação é elemento essencial para o desenvolvimento, conforme Sen (2000).
Informação sobre a Gestão	O detalhamento das ações relaciona-se também com a transparência da gestão.

Fonte: Adaptado de Carniello (2010)

As informações obtidas da comparação dos layouts anteriores ao layout atual do website da Prefeitura Municipal de Mineiros-GO foram sistematizadas no Quadro 2, sendo que a presença do critério analisado foi denotado por “sim” e sua ausência por “não”.

Quadro 2 – Análise do WebSite da Prefeitura Municipal de Mineiros – GO

Critérios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agenda	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contatos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviços <i>on line</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Consulta às Contas Públicas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comunicado Mecanismos Participação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Públicos Contemplados	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Redes Sociais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Disponibilização de Legislação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Informação sobre a Gestão	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Adaptado de Carniello (2010)

Como resultado da análise, verifica-se que o *website* do município, ao longo do período analisado, apresenta todos os preceitos abordados a partir do ano de 2011. Com isso, o município disponibiliza informações e serviços para a comunidade por meio do



site oficial do governo municipal (www.mineiros.go.gov.br) e em uma leitura inicial dos dados analisados o município cumpre a exigência legal de disponibilizar informações sobre a gestão pública à sociedade.

Ressalta-se que a disponibilização de recursos por si só não garante a participação da sociedade na gestão pública, mas atende aos preceitos legais e é um instrumento facilitador para a gestão pública, especialmente no que tange à prestação de serviços ao munícipe, ao mesmo tempo que cumpre a premissa do acesso à informação.

Considerações Finais

A inovação tecnológica das mídias ocorrida nas últimas décadas provocaram profundas transformações com relação à comunicação entre a sociedade civil, haja vista o aumento da conectividade, a portabilidade de dispositivos eletrônicos e a convergências de várias tecnologias. Neste cenário cibernético, o Estado a partir da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação inova a forma de gestão pública.

Desta forma, a aplicabilidade da inovação concomitante a alta tecnologia e aos recursos midiáticos na comunicação governamental, podem se tornar um ambiente pluralista de debates e opiniões por possuir diferentes agentes no processo – cidadãos, instituições governamentais, instituições de pesquisa, empresas privadas, que podem gerar e formular debates que perpassam a questão local, com a possibilidade de repercussão regional, nacional e internacional.

De acordo com a análise dos dados, percebe-se que o *website* www.mineiros.gov.br passou por inovações e com o uso das TICs tem-se um instrumento de apoio à administração pública, pois permite a disponibilização de vários serviços para o cidadão de tal forma que a comunicação governamental passe a ser transparente e, assim, o cidadão passa a ter acesso a todas as informações governamentais e atos de governo, ou seja, as TIC's passam a ser um elemento potencializador de integrações entre governantes e governados. Haja vista que o processo de utilização das TICs é irreversível, de tal forma que espera-se que estes recursos tecnológicos agregados ao processo de redemocratização da sociedade brasileira tragam cada vez mais a participação e a interação entre cidadãos e governo.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, DCR; ZIMBALDE, A. L. O uso da web e da controladoria na administração pública: inovação municipal. **Rev. Cent**, 2005.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL, Acesso à Informação. **Acesso à Informação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/index.asp>> Acesso em 28 de Fevereiro de 2013.

CARNIELLO, M. F. SANTOS, M.J. **Comunicação digital na gestão pública municipal brasileira: acesso à informação e transparência**. Disponível em: <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt10_carniello_dossantos.pdf> Acesso em: 15 abr. 2013.



CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/index.htm>> Acesso em: 14 jan. 2013.
CUNHA, Maria Alexandra. DUARTE, Fábio. FREY, Klaus. (Org.). **Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. Cengage Learning Editores, 2008.

DUARTE, Jorge. (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERRÃO, João. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação. **Interações–Revista Internacional de Desenvolvimento local**, v. 3, n. 4, p. 17-26, 2002.

FILHO, L. J. R.; CARNEIRO, A. E. V. **Governança eletrônica. Revista da Sociedade da Informação**, v. 1, n. 1, jan. 2008/30 jun. 2008. Disponível em: <<http://sociedadedainformacao.com/Artigos/GOVERNAN%C7A%20ELETRONICA.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

FREY, Klaus. **Governança Eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19407-19408-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 Fev. 2013.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 21, nov. 2003.

FREY, Klaus. Governança eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento. **Revista IP – Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 2, p. 31-48, maio 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOD, Christopher. Transparency in historical perspective. In: HOOD, Christopher; HEALD, David (org). **Transparency: the key to better governance ?** Nova York: Oxford University Press, 2006, p.3-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2013.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. Entendendo a lei de responsabilidade fiscal. **2ª edição. ESAF: Brasília, 2002.**

RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico ou governança eletrônica: conceitos alternativos no uso das tecnologias de informação para o provimento de acesso cívico aos mecanismos de governo e da reforma do Estado. In: **Concurso de ensayos y monografias del clad sobre reforma del estado y modernización de la administracion pública**, 21. 2002, Caracas. Anais. Caracas, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade. São Paulo:** Companhia das Letras, 2000.

TORRES, Norberto A. **Avaliação de sítios municipais para o Estado de São Paulo – 2006/07: Relatório final. Projeto de avaliação de sítios de Internet (websites) municipais e criação do IPGEMW – Índice Paulista de Desenvolvimento de Governo Eletrônico Municipal por Websites.** FUNDAP/TecGOV (FGV-EAESP), 2007.

VASCONCELOS, Maria Virginia Barbosa. A dimensão do impacto da tecnologia da informação na relação fisco-contribuinte. TI ou não TI: eis a questão. In: FERRER, Florencia e SANTOS, Paula. (Orgs.) **e-government: o governo eletrônico no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004. p. 200-214.